

# A PALAVRA LITERÁRIA E “A QUEDA DE UM MUNDO”: IMPLOÇÃO DA DEMOCRACIA?

José Cândido de Oliveira Martins  
(Universidade Católica Portuguesa)

Nuno Júdice. *Implosão* [novela].  
3ª ed. Lisboa: D. Quixote, 2013.

1. *Contextos e perfil de um autor.* A mais recente novela de Nuno Júdice, *Implosão* (editada em Fevereiro deste ano) revela-se desafiadora a vários níveis, impondo duas breves palavras contextualizadoras, sobre o contexto que atravessamos; e sobre o perfil literário do seu autor, para ficarmos mais inteirados daquilo que estamos a falar.

O cenário de fundo é a crise política, social e cultural em que vivemos imersos – cruel e desumana, como todas as grandes crises –, podemos ter várias atitudes diversas, merecedoras de juízos também díspares: por um lado, ignorância, silêncio e imobilismo mais ou menos cúmplices; por outro, estado de alerta, pronunciamento ou juízo, e intervenção activa. E não sabemos o que é mais perturbante – se a inactividade cómoda e cobarde; se a palavra e acção empenhadas e corajosas.

Com 64 anos, Nuno Júdice acaba de ser distinguido com o prestigiante Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-Americana (antes atribuídos apenas a dois nomes de língua portuguesa – Sophia de Mello Breyner e João Cabral de Mello Neto). Nasceu no Algarve (Mexilhoeira Grande, 1949) e estudou em Lisboa, licenciando-se em Filologia Românica. Ainda adolescente, publicou os primeiros poemas aos 17 anos nas páginas do Suplemento Juvenil do *Diário de Notícias*. Porém, o seu primeiro livro de poesia – *A Noção de Poema* – seria publicado em 1972.

Professor e investigador da Universidade Nova de Lisboa há cerca de vinte anos, Júdice distingue-se hoje pluralmente como sobretudo poeta, mas também como ficcionista e crítico ou ensaísta. Poderá haver a tentação de a voz singular e polígrafa do poeta descon-

der, injustamente, a criatividade da narrativa e a acuidade ensaística. Por isso mesmo, na produção intelectual de um autor como este não é recomendável a separação forçada dos diversos géneros cultivados, devendo antes ser vistos (poesia, prosa e ensaio) como facetas de um importante escritor contemporâneo. Aliás, é possível encontrar opções compositivas e constantes temáticas que atravessam os vários géneros ou discursos usados. Muito merecidamente, a sua multifacetada obra literária tem sido distinguida com vários prémios nacionais e estrangeiros.

Para uma visão mais abrangente do escritor e da sua mais recente criação, recomenda-se a leitura do dossiê temático que o *JL – Jornal de Letras* lhe dedicou (de 29.05.2013, pp. 9-13), incluindo uma entrevista conduzida por M<sup>a</sup> Leonor Nunes, alguns poemas inéditos e os textos críticos de António Carlos Cortez e de Agripina Carriço Vieira. Interligando as duas notas referidas, sobre o contexto geral e sobre o escritor, podemos dizer que Nuno Júdice é uma das poucas vozes actuais que não se demite da sua nobre função de intelectual atento e empenhado, embora sem cair em simplismos ou demagogias fáceis.

2. *Democracia em perigo ou em metamorfose?* Em segundo lugar, é pertinente realçar as íntimas articulações entre a fábula narrativa – ocorrida num país anónimo – e o actual momento que atravessamos, em Portugal, na Europa e um pouco pelo mundo. Da chamada “primavera árabe” que abalou alguns países, até às manifestações recentes em Portugal e no Brasil, mau grado diferenças consideráveis, há um denominador comum: milhares de pessoas mobilizam-se activamente para protestar contra novas formas de ditadura e reivindicar novos sistemas de governação, pois a democracia está longe de ser uma conquista perfeita. Mais ainda, fazem-no cada vez mais à margem de partidos políticos (de esquerda ou de direita), sindicatos ou outras forças institucionalizadas, numa tendência crescente de sentimento anti-sistema, por um lado; e, por outro, servindo-se de novos meios de convocação e de debate, com destaque para as influentes e massivas redes sociais.

Em *Implosão*, dois conhecidos (a anónima voz narrativa e o seu contraditor, o sócia de Lenine) reencontram-se ocasionalmente num café, tradicional espaço de tertúlia, a pretexto de uma manifestação contra um governo que “traiu as promessas feitas ao seu povo”. E logo iniciam uma longa conversa que, evocando os antigos tempos

da clandestinidade e da militância política (é importante ter memória da História), inter-relacionam constante e simbolicamente o passado e o presente, a ditadura e a democracia. Um é mais dado a anotar cadernos, desde a velha ditadura; outro, mais propenso à luta armada. Ambos se apaixonaram pela não menos misteriosa Ângela, juntando-se a esta trindade a figura do Traidor.

Ambigualmente sentados, lembrando o passado e diagnosticando o presente, os dois interlocutores têm consciência de que o passadismo é inútil, como se lê em *O Marinheiro* de Fernando Pessoa. E entre os tópicos recorrentes dessa conversa, destacam-se dois: a singularidade da crise actual, cruel e desumana, sem paralelo recente e sem rosto; e a imperiosa necessidade de intervir sobre essa realidade, em aguda crise aos olhos de (quase) todos, desde um país pré-falido e depressivo a uma Europa descrente e exangue: “A ditadura de hoje é muito mais maquiavélica porque não se apresenta como tal. Vivemos convencidos de que somos livres”.

Neste sentido, esta narrativa é uma tomada de posição crítica – num momento em que parecem ruir ideais e utopias, veiculados pela democracia portuguesa pós-salazarista, mas também pelo sonho de felicidade da construção europeia, este texto aparece sobre a forma de metafórico libelo ou de “panfleto contra a desagregação da Europa” (entrevista citada).

Aos olhos de todos, o aprofundamento da actual crise conduz a sintomas de alarme, desde a pobreza e a desigualdade chocantes em que sobrevive uma parte da população; até à emergência de nacionalismos e de extremismos, bem diversos e não menos preocupantes. Mais ainda, cresce exponencialmente a percentagem dos que, de modo radical e até anarquista, não se revêem nas instituições democráticas, do poder executivo ao legislativo e judicial, dos partidos aos sindicatos, numa postura radicalmente anti-sistema. Quando essa funda descrença alastra massivamente, a sociedade desagrega-se, caminhando para revolta moral e a implosão, para se construir tudo de novo (palingénese). A ideologia dos mercados Impera, sendo “O mundo é dominado pelos que não se importam com o homem”.

A narrativa *Implosão* também não deve ser lida fora de um expressivo tecido intertextual. Desde logo, destaca-se o motivo central dos dois amigos que conversam enquanto se dirigem ao velório de um caixão misterioso – com o corpo de uma mulher ou as armas para encetar uma revolução? Nesta matéria, a opção gráfica da capa

não é inocente. Seguramente, um motivo simbólico (morte da pátria?) a que não serão alheios a necrológica *Pátria* de Guerra Junqueiro ou *O Marinheiro* de Pessoa: “Todo este país é muito triste...”. Aliás, o misterioso caixão é uma poderosa alegoria, filiada numa riquíssima tradição semântica conotada com a decadência e o fim de uma pátria moribunda, desde *As Farpas* ao *Finis Patriae* de Junqueiro, passando pela visão dramática de Oliveira Martins e pela demolidora ironia de Eça de Queirós.

Ao mesmo tempo, esse entrelaçamento intertextual apresenta reminiscência de um agudo sentimento de decadência e de finitude (*finis patriae*), tão intensamente vivido no fim do século XIX português. Ou seja, a escrita de Júdice reata assim com uma marcante tradição literária e cultural, que pensa e reinterpreta ontologicamente Portugal, como sustentado por Eduardo Lourenço. A proverbial passividade messiânica dos portugueses tem limites, sendo interrompida por actos revolucionários, como o regicídio – já o reconhecia há cem anos Miguel de Unamuno, em *Por Tierras de Portugal y de España* (Madrid, Alianza, 2006, p. 39), o autor da tese sobre o resignado “pueblo suicida”, ao advertir: “La ira más terrible es la de los mansos”.

3. *Literatura como libelo e como arma*. Esta obra de Judice coloca-nos a questão da funcionalidade da literatura no presente contexto político e cultural que atravessamos, Portugal, Europa, Brasil, etc. – pode e deve a palavra literária ter/ser uma palavra actuante sobre a ampla crise que vivemos? Pode a literatura ser arma de combate e contribuir para um sobressalto cívico? Um dos argumentos apresentados pelo júri do Prémio Rainha Sofia foi justamente o do manifesto *compromisso* da escrita de Nuno Júdice com a realidade.

Sabemos como esta ideia ou função de uma literatura comprometida ou *engagée* – da Antiguidade clássica (as armas e das letras) até Émile Zola ou Jean-Paul Sartre – é intemporal, na sua vocação congenialmente crítica da realidade circundante. Voz denunciadora e incómoda para os poderes instituídos, a literatura constitui-se como força de rebelião contra a aparência, a injustiça e a inumanidade. Enquanto leitura crítica e prometaica do mundo, o *ethos* da sátira e da utopia torna-se imprescindível em todas as épocas, particularmente na contemporânea, em que tanto se prometeu aos cidadãos; enquanto são gritantes os sintomas de decadência e de desigualdade na vida quotidiana de milhões de seres humanos, reduzidos à mais aviltante miséria.

Definitivamente, há momentos em que não se pode adormecer no silêncio. *Implosão* foi um livro escrito em 2011, quando deflagrou a crise da Grécia, que agudizou a impotência europeia e propagou uma angústia difusa pelo continente europeu. Ora, um dos mais recentes livros de poesia de Hélia Correia, *A Terceira Miséria* (Lisboa, Relógio d'Água, 2013, p. 7), fazendo a ponte simbólica entre a “bela Atenas” – matriz da cultura ocidental – e a actualidade, com todas as suas formas de ignorância e de despotismo, lança a questão axial: “Para quê, perguntou ele, para que servem / Os poetas em tempo de indigência?” É neste espírito empenhado e crítico que se insere a desapiedada narrativa de Júdice – contrariar a miséria que hoje grassa – “A terceira miséria é esta, a de hoje./ A de quem já não ouve nem pergunta. / A de quem não recorda” (p. 23).

Como sugerido por Agripina Vieira (cf. *JL*,03.04.2013), em “O silêncio que se abateu sobre o país cultural”, a situação de Portugal é desencorajante. Porém, este Nuno Júdice propõe que, contra o silêncio, a inércia e o comodismo, é imperioso acordar, resistir e lutar. Além de arma de denúncia, ontem como hoje, a palavra deve ser um indispensável e sólido alimento cultural e cívico dos cidadãos de hoje, sobretudo “quando os povos saírem à rua para fazer o que têm de fazer”.